



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

### **ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MORTÁGUA REALIZADA EM VINTE E OITO DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO :-----**

-----Aos vinte e oito dias do mês de Fevereiro do ano dois mil e vinte e quatro, pelas catorze horas e trinta minutos, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Mortágua.-----

-----Depois de saudar todos os presentes, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão, passando de imediato à conferência da presença dos Membros, verificando-se que faltaram à presente sessão:-----

----O Membro Daniel José Cruz Conde de Matos, eleito pelo PS, apresentou justificação de falta, por escrito, à presente sessão, por motivo profissional, e foi substituído, nos termos dos artigos 7.º e 10.º do Regimento da Assembleia Municipal, por Pedro Filipe Matos Martins, que não se encontrava presente.-----

----O Membro Ana Rita Nobre dos Santos, eleita pelo Grupo de Cidadãos Renovar Mortágua, não esteve presente na sessão.-----

----O Senhor Presidente da Assembleia informou que nos termos da alínea j), do n.º1 do artigo 18.º do Regimento a Mesa considerou justificadas as faltas dos membros.-----

---- Assim, iniciou-se de seguida a apreciação e discussão da Ordem de Trabalhos, com a consecução do Período de Antes da Ordem do Dia:-----

#### **-----PONTO UM: Apreciação e votação da ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal realizada a vinte e dois de dezembro de dois mil e vinte e três :-----**

---- Foi dispensada a leitura da ata uma vez que a mesma foi enviada a todos os membros, assim colocada à votação, foi aprovada, por unanimidade, a ata da sessão ordinária realizada em vinte e dois de dezembro de dois mil e vinte e três.-----

---- Conforme dispõe o n.º 3, do artigo 34.º, do Código do Procedimento Administrativo, devido ao facto de não terem estado presentes naquela sessão, não participaram na votação da ata os Membros Alcina Maria Gomes Rosa Saraiva devido ao facto de não terem estado presentes naquela sessão.-----

----O Senhor Presidente da Assembleia interveio para dar palavra à Secretária da Assembleia para proceder à leitura de um voto de louvor proposto pela Mesa a Diogo Matos Ribeiro nadador português consagrou-se bicampeão mundial dos 50 e dos 100 metros mariposa, em Doha, no Qatar, que a seguir se transcreve:-----

----“Diogo Matos Ribeiro nasceu a 27 de outubro de 2004, em Coimbra, tem raízes familiares em Mortágua, onde vivem os seus avós maternos.-----

----Pouco mais de dois anos de sucessos atrás de sucessos, desde o final da sua primeira



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

época de júnior Diogo Ribeiro tem vivido uma meteórica ascensão na natação nacional e internacional, com subidas ao pódio nas mais importantes competições.-----

-----Depois de ter passado pelas escolas de natação da Fundação Beatriz Santos e mais tarde pelo Náutico Académico para entrar no União de Coimbra subiu ao primeiro grande pódio internacional, sagrando-se vice-campeão da Europa júnior dos 100 mariposa em Roma-2021. Semanas antes do já muito falado - nunca esquecido pelo próprio - acidente de moto. -----

-----Nesse verão acabaria por mudar para o Benfica e integrar o CAR Jamor os resultados explodiram nos Nacionais de primavera em Coimbra nos quais bateu, por duas vezes - eliminatórias e finais -, os máximos absolutos dos 100 livres, 50 mariposa e 100 mariposa.---

-----Quatro meses depois ganhava os 50 mariposa nos Jogos do Mediterrâneo Oran-2022 e a prata nos 100 livres, e a seguir voltava a Roma, desta vez para disputar o Europeu absoluto onde garantiu, ainda com 17 anos, o bronze nos 50 mariposa. Na altura apenas o terceiro pódio de sempre de Portugal no evento. -----

-----Passado menos de um mês, no Peru, sagrava-se tricampeão mundial júnior em Lima-2022 nos 50 livres e 50 e 100 mariposa, cometendo ainda a proeza de se tornar recordista do mundo do escalão (22,96) nos 50 mariposa.-----

-----Na época de 2022 tornou-se no primeiro português a obter três mínimos olímpicos A para uma única edição do Jogos, o que lhe permitirá disputar os 50 e 100 livres e 100 mariposa em Paris-2024.-----

-----Em 2023 no Mundial de Fukuoka, no Japão, aos 18 anos e na primeira época de sénior, estreou-se em campeonatos do mundo absolutos com a inédia medalha de prata nos 50 mariposa, tonando-se no terceiro português a estar numa final, sagrando-se vice-campeão do mundo. -----

-----Dotado de uma capacidade natural invejável e uma vontade única, Diogo Ribeiro sagrou-se nos Mundiais de Doha, no Qatar, realizados de 11 a 18 no presente mês de fevereiro, campeão mundial nos 50 metros mariposa, e nos 100 metros da mesma modalidade, sendo o primeiro português de sempre a conquistar medalhas de ouro num Mundial de natação.----

-----Este feito único, de Diogo Matos Ribeiro, escreve uma página de ouro na história do desporto português, inspira, pelo exemplo, outros jovens.-----

-----A sua força e determinação permitiram-lhe chegar ao topo do mundial. É uma referência no desporto, uma inspiração para os jovens, os atletas e um exemplo para todos.-----

-----Assim a Assembleia Municipal de Mortágua reunida em sessão ordinária de 28 de fevereiro de 2024, aprovou, por unanimidade, um Voto de Louvor ao cidadão e ao atleta Diogo Matos Ribeiro, com laços maternos em Mortágua, pelo feito histórico conseguido nos Mundiais



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

de Natação, em Doha, com as duas medalhas de ouro nas provas de 50 e 100 metros mariposa, que devem constituir motivo de orgulho para todos.-----

-----Colocado à votação, a Assembleia aprovou, por unanimidade, Voto de Louvor ao cidadão e atleta nadador Diogo Matos Ribeiro, com laços maternos em Mortágua, pelo feito histórico conseguido nos Mundiais de Natação, em Doha, com as duas medalhas de ouro nas provas de 50 e 100 metros mariposa, que devem constituir motivo de orgulho para todos que por ser extenso de se dá aqui por integralmente reproduzido, ficando arquivado no pasta de presente sessão.-----

-----Logo após o Senhor Presidente da Assembleia congratulou e expressou o reconhecimento público ao nadador Diogo Matos Ribeiro pelos resultados obtidos.-----

-----**PONTO DOIS: Leitura do Expediente:** -----

-----O Senhor Presidente da Assembleia deu conhecimento do ofício referência 320, datado de 22/02/2024, a solicitar a inclusão de pontos na Ordem de Trabalhos da presente sessão, tendo recaído sobre o mesmo o Despacho da Mesa da Assembleia Municipal, datado de 22/02/2024, que determina admitir as propostas para apreciação e eventual aprovação deste Órgão.-----

----- **PONTO TRÊS: Outros assuntos de interesse para o Município:**-----

-----Solicitados, pelo Senhor Presidente da Assembleia, os membros a pronunciarem-se sobre assuntos de inserção neste ponto, e após o período de inscrição realizado nos termos do Regimento:-----

-----O Senhor Presidente da Câmara interveio para prestar informações sobre assuntos de interesse para o Concelho de Mortágua:-----

-----Que foi aprovada em reunião de Câmara a minuta do contrato de constituição de direito de superfície do edifício que tem por objeto o desenvolvimento do Projeto designado por "Alteração de Antiga Escola Primária de Mortágua para Edifícios Habitacionais – 10 Fogos", a que se refere o Acordo de Colaboração celebrado entre a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, o Município de Mortágua e o IHRU, I.P.. -----

-----Que estava aberto o período de apresentação candidatura à estratégica local de Habitação 1.º Direito, destinado a criar condições condignas em habitação através do financiamento de obras de melhoramentos; -----

-----Sobre do ponto da situação em que se encontrava a empreitada para adaptação da Escola de Almacinha e do Freixo em alojamento temporário e urgente;-----

-----Que estava a ser preparada candidatura para a melhoria térmica e de acessibilidades dos Edifícios de Habitação Social da Gandarada.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

----- Que foi aprovada a candidatura apresentada ao Programa Escolhas, com o valor de financiamento de 130.000,00 €, sendo as ações deste direcionadas às crianças migrantes cujos pais tinham escolhido Mortágua para o seu projeto de vida, estando em desenvolvimento desde novembro último nas Escolas de Ensino Público do Concelho.-----

----- Que foi aprovada a candidatura apresentada ao Programa Radar Social.-----

----- O Radar Social assenta no desenvolvimento de um trabalho de parceria e de cooperação, de referenciação e de (re)conhecimento dos problemas de pobreza e exclusão social, em complementaridade com a rede social. Através desta medida, será implementado um sistema integrado de georreferenciação social e de capacitação do nosso território, na ativação das respostas e otimização dos recursos, visando trazer maior eficácia à ação das entidades locais, apoiada na noção de desenvolvimento social integrado.-----

-----O pacote financeiro atribuído é de 160.000€, distribuídos num período de execução de 27 meses. Prevê a criação de uma equipa Técnica multidisciplinar, constituída por 2 Técnicos Superiores.-----

-----Que a Câmara tinha manifestado a intenção do Município aderir ao programa CLDS-5G, enquanto instrumento de intervenção ao nível das problemáticas do desemprego, da pobreza, envelhecimento e exclusão social.-----

-----Referiu que o concelho de Mortágua é elegível no âmbito deste programa e que será atribuído um montante de financiamento de cerca de 500.000 €, para o desenvolvimento do programa, tendo em consideração a população residente.-----

-----No âmbito do programa CLDS-5G, devem ser desenvolvidos, no mínimo, seis ações dos eixos de intervenção, sendo eles, Eixo 1: emprego formação e qualificação; Eixo 2: combate à pobreza e à exclusão social das crianças e dos jovens promotor de uma efetiva garantia para a infância; Eixo 3: promoção da autonomia envelhecimento ativo e longevidade; Eixo 4: desenvolvimento social capacitação comunitária e intervenção em contextos de emergência social e de cenários de exceção.-----

-----Ao Município cumpre designar uma entidade coordenadora local que atue na área de desenvolvimento social e no território de intervenção do CLDS-5G, tendo sido a Santa Casa da Misericórdia no CLDS -4G.-----

-----Informou ainda que foram integrados nos serviços do município todas as técnicas do CLDS 4G, dando continuidade às ações direcionadas à população idosa no âmbito da inclusão social e envelhecimento.-----

-----Todos o serviços da área social do Município foram transferidos para as instalações da Casa Lobo.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----A transferência de competências da área da Ação Social estava decorrer com normalidade, sendo muito positiva, dando resposta imediata aos apoios sinalizados pela Segurança Social.-----

-----Deu também conhecimento que já tinha sido realizada a reunião de concertação de Entidades do Processo do Plano de Pormenor da 2.ª Ampliação do Parque Industrial Manuel Loureço Ferreira. Prevendo-se a sua aprovação durante o 1.º semestre do corrente ano, estando em fase de elaboração os projetos das especialidades do PP por forma a lançar o respetivo concurso logo que aquele esteja aprovado. Tendo procedido a expensas do Município à aquisição dos terrenos necessários, estando 62 já cadastrados e negociados faltando ainda negociar 8 .-----

-----Os serviços já se encontram a preparar o processo para apresentar ao Pacto da Região de Coimbra logo que seja aberta candidatura para o respetivo financiamento da Ampliação do Parque Industrial.-----

-----Este investimento vai ascender a mais de 6 milhões de euros, considerando a aquisição de terrenos e as respetivas obras de infraestruturção.-----

-----De seguida usou da palavra o Membro Luís Miguel de Sousa Dias fazendo a seguinte intervenção:-----

-----“Membros da Assembleia -----

-----César Afonso tem 81 anos, é de Nuzedo de Cima no concelho de Vinhais e foi a “salto” para França em 1964 usando o método da fotografia rasgada para os pais pagarem a sua passagem quando chegasse a França. -----

-----“*O daqui levou-me até à Espanha, o espanhol até à França e o francês é que me levou para Clermont-Ferrand. Eram três passadores. Eu só paguei depois de lá estar, eram 7 mil escudos. Eu dei-lhe uma fotografia minha, eu levei metade e eles ficaram com outra metade. Quando eu lá cheguei, a fotografia que eu deixei aqui, já tinha chegado a Clermont-Ferrand. Quando reunimos as duas partes da fotografia é que eu mandei pagar aos meus pais a passagem*” contou César Afonso. -----

-----Este é um dos 72 testemunhos que foram recolhidos através do projeto “Memórias do Salto” elaborado pelo Museu Abade Baçal, em Bragança. -----

-----Foram 900 mil portugueses que emigraram nesta altura sendo que cerca de 550 mil o fizeram “a salto”. -----

-----Nos anos 60, os emigrantes portugueses que buscavam uma nova vida na França enfrentavam uma série de desafios significativos ao tentar a integração na sociedade francesa. A barreira do idioma era uma das principais dificuldades, já que muitos portugueses



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

não falavam francês e tinham dificuldade na comunicação e interação com os franceses locais. -----

-----Além disso, a falta de reconhecimento de suas qualificações profissionais e a discriminação no mercado de trabalho eram obstáculos comuns enfrentados pelos emigrantes portugueses. Muitos eram forçados a aceitar empregos mal remunerados e de baixa qualificação, a dormir em bairros de lata constituídos por barracas de zinco e a partilhar a cama com desconhecidos, resultando em condições de vida inqualificáveis. -----

-----A adaptação a um novo ambiente cultural e social também representava um desafio para os emigrantes portugueses, que muitas vezes se viam isolados e sem apoio numa sociedade estrangeira. A nostalgia pela terra natal e a saudade da família eram sentimentos frequentes entre os emigrantes, dificultando ainda mais o processo de integração e assimilação. -----

-----Apesar dessas dificuldades, muitos emigrantes portugueses na França demonstraram uma notável resiliência e determinação em enfrentar os desafios e construir uma nova vida para si mesmos e suas famílias. Ao longo dos anos, as comunidades portuguesas em França fortaleceram-se, preservando a sua identidade cultural e contribuindo para a diversidade e riqueza da sociedade francesa. -----

-----Todos nós na nossa família ou na nossa vizinhança temos casos de pura resiliência na figura de conterrâneos nossos que, ou para fugir à guerra, ou para fugir à fome se aventuraram à procura de ganhar o seu sustento, pois a sua pátria amada não lhes fornecia essas condições. -----

-----Recordo-me do meu saudoso amigo Rui Rosa, que com os olhos marejados de lágrimas nos declamava um poema em que retratava a sequência de acontecimentos na sua própria experiência de “salto”. -----

-----Sendo um ponto comum a tomada de conhecimento das dificuldades sofridas pelos nossos conterrâneos, amigos e familiares, ainda mais sendo a comunidade portuguesa um dos exemplos de Integração em França bem como noutros países, é penoso observar o comportamento de cidadãos que ao invés de abraçar a diferença como uma força preferem a segregação, sendo que mais grave ainda são os cidadãos que têm ou tiveram responsabilidades políticas, para conseguirem captar votos à extrema-direita, deixam no ar a ideia de que o facto de existir mais imigração afeta diretamente a nossa segurança, o que é factualmente mentira, pois basta consultar os dados estatísticos acerca desse tema, para verificar que esse aumento não se verifica. -----

-----Aliás, existe um claro reforço nas contribuições para a segurança social e impostos que servem também para financiar as forças de segurança, reforço esse fruto dos imigrantes que



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

vieram trabalhar para Portugal. -----

----A integração de imigrantes numa sociedade fechada apresenta tremendos desafios e problemas. A falta de aceitação, preconceito e discriminação são questões comuns enfrentadas por imigrantes em sociedades que resistem à diversidade cultural. -----

----A dificuldade de encontrar emprego, aceder a serviços básicos, tais como saúde e educação e estabelecer conexões sociais também contribuem para a exclusão e marginalização dos imigrantes. -----

----Além disso, a barreira do idioma e diferenças culturais dificultam a comunicação e a integração efetiva dos imigrantes na sociedade anfitriã. A falta de políticas públicas eficazes, programas de apoio e investimento em educação intercultural e sensibilização também podem agravar os problemas de integração. -----

----Para superar esses desafios, é fundamental promover a educação multicultural, incentivar o diálogo intercultural e combater ativamente o preconceito e a discriminação. -----

----A criação de políticas inclusivas, programas de capacitação e oportunidades de emprego para imigrantes também são essenciais para garantir uma integração bem-sucedida na sociedade. -----

----Tal como os portugueses por esse mundo fora sofreram, os “nossos” imigrantes também sofrem. -----

----Deixam as suas famílias à procura de uma vida melhor. Os sonhos deles não são diferentes dos nossos. -----

----Paz, pão, habitação, saúde, educação – Liberdade. -----

----Daí tornar-se essencial que existam políticas de integração tanto nas escolas, onde se estima que os cidadãos estrangeiros já compõem cerca de 10% da população estudantil do 1º ciclo, mas também na população adulta, dotando estes cidadãos de capacidade para entender a nossa sociedade, começando com a língua, com os nossos hábitos sociais, como os nossos direitos e com as nossas obrigações. -----

----Em 2022 este executivo foi pioneiro em convidar várias comunidades estrangeiras a apresentarem sabores da sua terra, no evento Mortágua Viva. A meu ver um caminho que se devia continuar a percorrer. -----

----Essencial é também combater a discriminação, a xenofobia e a desinformação. É necessário não segregar. É necessário educar as pessoas para a diferença. -----

----Ao adotar políticas de integração estamos a capacitar a nossa comunidade com a consolidação da nossa força de trabalho, na esmagadora maioria dos casos de trabalhos que nenhum mortaguense se disponibiliza a efetuar, mas que estas pessoas se prestam a fazer.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Ao adotar políticas de integração estamos a aumentar as receitas dos impostos e da segurança social. -----

-----Ao adotar políticas de integração estamos a combater o envelhecimento da nossa comunidade, porque se os cidadãos que escolhem a nossa terra para viverem forem felizes cá, vão querer ficar e constituir a sua família. -----

-----Ao adotar políticas de integração estamos a aumentar as receitas dos senhorios da nossa comunidade, do comércio local e do nosso município. -----

-----Ao adotar políticas de integração estamos a fazer pessoas felizes. -----

-----Tudo começa por um sorriso. Quando se depararem com um cidadão que deixou a sua terra para escolher a nossa terra para viver, sorriam. -----

-----Imaginem como se sentiriam os emigrantes portugueses se alguém lhes tivesse sorrido também... “-----

-----De seguida interveio o Membro Nelson António Rodrigues Filipe começando por dizer que na Assembleia Municipal de Abril de 2023 ele próprio, o Membro Celso Portugal Rosa e Manuel Marques Pereira evocaram a data memorável de 25 de Abril de 1974, mas entendia ser a presente Assembleia o momento próprio, considerando ser este o ano de comemoração dos 50 anos do 25 de abril para lembrar principalmente os jovens que pensam que são dados com adquiridos os valores de abril.-----

-----No entanto é fundamental não esquecer que a democracia não é um dado adquirido é algo que se tem de conquistar diariamente.-----

-----O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Pala usou da palavra para tecer as seguintes considerações sobre a Revisão do PDM.-----

-----“Gostaria de tecer algumas considerações sobre a Revisão do PDM, cujo prazo de discussão pública termina amanhã.-----

-----Serão meros pontos de vista, com todo o respeito e consideração pelos responsáveis pela sua elaboração que, acreditamos, terão procurado fazer o seu melhor... mas demasiado brandos e muito passivos na fundamentação adequada nos pedidos de exclusão da REN. Foi pena!!-----

-----Começaria -mos pela surpresa de que, um documento que será estruturante para o futuro do Concelho, não fosse amplamente discutido no seu decorrer, num processo de auscultação, envolvendo entidades públicas e privadas, representantes das comunidades e Associações, nos interesses da comunidade concelhia. A Freguesia de Pala, nomeadamente a sua Junta, não teve o privilégio de ser contemplada com uma palavra para a sua feitura. Aliás, como está a acontecer com um Parque Fotovoltaico, que dizem de grande envergadura, no nosso



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

território, que já terá passado pelos anais de reuniões de Câmara, sem que uma só virgula tenha sido transmitida ao nosso executivo.-----

----Não vão longe, os tempos em que o Dr. Abrantes, então Presidente da Câmara, reuniu com a Junta de Pala e habitantes da Freguesia, de quando da decisão da construção do Parque Eólico na Serra de Linhar de Pala, ouvindo as suas opiniões. Pois... Os tempos mudam.-----

----Voltando ao PDM, sentimo-nos imensamente desconfortáveis ao sermos questionados, sobre o referido documento e não se poder responder com qualquer segurança.-----

----Como é sabido, a Junta sempre colaborou e continuará a colaborar com esta autarquia em todas as solicitações. Ninguém nos poderá acusar disso. A divulgação e presença em muitas reuniões sobre o Regadio, CLDS, Bupi, Banco de Terras, etc, foi uma constante. O respeito, a lealdade e os valores acompanhar-nos-ão sempre, como pessoa e como militar de Abril.-----

----Será que a Revisão do PDM, estará num patamar inferior ao acima citado?, para não haver uma reunião, uma discussão para a sua elaboração ou qualquer informação? -----

----Responda quem souber. -----

----E, a incongruência é que na página 145 e 146 do seu "Relatório de Governação para a Ação," existe um quadro que refere exatamente que: " as Juntas de Freguesia terão a responsabilidade de fomentar diferentes formas de participação pública" -----

----Já representámos muitos papéis, mas de adivinho não entendemos nada! -----

----Procurámos, ultimamente, junto do Município, saber alguma coisa, agradecendo o esforço de quem procurou elucidar as nossas angustias, embora de forma ligeira, dada a profundidade do assunto. -----

----No sentido de aprofundarmos os conhecimentos, recorreremos à via informática, tendo em conta, acima de tudo, colher dados da fileira florestal, já que sobre o aspeto urbanístico não nos vamos pronunciar, uma vez que não dominamos em pormenor essa área, que deixamos para os mais entendidos. Mas, pelo que ouvimos, o panorama parece não ser muito positivo. Mas., por esta via verificámos dificuldades e cedo concluímos estar ao alcance duma minoria, pois sendo um território duma percentagem elevada de idosos, estes, certamente, não chegariam muito longe, com um acesso difícil aos dados, mapas sumidos quase impercetíveis e vocabulário técnico fora das suas capacidades. -----

----Pensámos não sei quantas vezes: Quanto isto seria muito mais fácil com sessões de esclarecimento e explicações das nossas dúvidas. -----

----Mas, duma coisa ficamos com certezas: A nossa floresta nada irá ganhar, pelo contrário.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Os nossos produtores florestais ficarão cada vez mais garrotados, desmobilizados, desmotivados e sem horizontes. -----

----Não esqueço, que há ainda poucos anos, se viam máquinas por todos os lados, trabalhando em novas arborizações ou cuidando delas. -----

----Isso já lá vai. E. ..não havia atentados contra o ambiente. -----

----Dos vários concelhos onde trabalhámos, sempre nos diziam que em Mortágua se tratava muito bem a floresta. E, nós, ouviamos com muito brio e orgulho. Agora, parece que nada sabemos!! -----

----Sabem, a nossa preocupação já não é só por nós, mas sim pelos vindouros. Praticamente, no nosso concelho, tudo gira à volta da floresta e da economia da madeira, que o PDM, nesta versão, quase não fala. -----

----Quando a fileira florestal deixar de ser viável, por arrastamento, lá se vão os setores económicos desta terra e o desemprego e a desertificação das nossas aldeias também.-----

----Uma outra vertente que por lá vimos foram as servidões de utilidade pública de restrições administrativas. No nosso entendimento os pobres dos produtores florestais lá vão continuar que tudo se faça sem serem ressarcidos de nada. Não somos “Velhos do Restelo”. Não nos afastamos de novos modelos de gestão, mas com remuneração dos proprietários pelos serviços dos ecossistemas que beneficiam toda a sociedade do ponto de vista ambiental. É dialogando e trabalhando com os proprietários e forças ainda vivas do concelho, que se melhoram as situações. Os produtores florestais começam a lutar pela sobrevivência. Tudo lhes está a cair em cima: Baixos preços da madeira, restrições nas arborizações com projetos complicados e demorados, 5 metros das extremas e valeiros onde não corre um pinga de água, faixas de gestão de combustíveis, margens dos rios, linhas telefónicas e elétricas, etc. Tudo sem nada receberem da destruição e ficando ainda a pagar impostos dessas parcelas desertas. Não vislumbramos qualquer esboço de defesa deste estado de coisas neste PDM. Pelo contrário, quase 90 % do concelho passa a zona ecológica, aparecendo por lá um corredor, certamente ainda mais restritivo. A pancadaria gratuita ainda irá ser maior.-----

----Também por lá aparecem uns Fundos de Investimento. Não entendemos bem o que significam, mas cheira-nos que agrada às Celuloses. -----

----A valorização da madeira passa praticamente despercebida, como se vem depreendendo. Dentro de todo este quadro, alegrou-nos ver algumas referências à agricultura que, para além do seu valor económico e de complemento alimentar dos nossos povos e prevenção de incêndios, vi com bons olhos. -----

----Mas... depressa essa réstia se esvaiu, na aposta na caça. E lá pensámos : Ai vêm os



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

veados, as corsas e as cabras bravas. Lá se vai o resto da agricultura e da silvicultura, como está a acontecer na Serra da Lousã em que tudo devoram. Já não chegam os javalis.-----

----A ênfase à erosão dos solos que fará aumentar a REN no concelho, não tem cabimento e não passará dum alibi sem nexo. A maior erosão que se está a verificar é resultante das faixas de gestão de combustíveis, em que a falta de vegetação faz desabar as barreiras para as nossas estradas. Nunca retirámos tantas como agora.-----

----Gostava, entretanto, de deixar aqui 2 questões que gostaria de ver respondidas:-----

----1- Nas novas servidões administrativas previstas, os proprietários continuarão, tal como nas anteriores acima referidas, a não serem ressarcidos dos prejuízos causados pela diminuição dos seus parques rendimentos das parcelas e das quais continuam a pagar os seus impostos?-----

----2- O que significa concretamente, o tal corredor ecológico e que restrições acarretará para as arborizações e corte de madeira. E que, face à componente ecológica neste corredor e no concelho em geral, se acham que, um dia destes, o corte de árvores, também vai carecer de alguma autorização, como nos quiseram impor na famigerada e logo suspensa, legislação do antigo Ministro Saias?-----

----E, mesmo, mesmo para terminar, sabemos que se foram sucedendo diversas rejeições (falam em 13), desta revisão.-----

----E o fato lá se foi aperfeiçoando ao modelo pretendido pelos iluminados dos gabinetes regionais e nacionais que, certamente, nunca puseram um pé na realidade do nosso concelho. Terá prevalecido a teoria demagógica à prática.-----

----Na nossa opinião, esta Revisão do PDM não serve a Mortágua, nem aos Mortaguenses. Carece de maior reflexão e de ser devidamente repensada, para bem da nossa terra.-----

----E mais uma imposição dos urbanos sobre os ditos provincianos.”-----

----O Senhor Presidente da Câmara interveio começando por dizer que tinham de ser clarificadas as questões em relação à REN e RAN.-----

----A área da Reserva Ecológica Nacional aumentou na proposta de Revisão em consequência da alteração legislativa publicada em 2021, todos os concelhos que se encontram a rever o seu PDM estão a sentir estes problemas. No passado cometeram-se alguns erros ao ter permitido plantar eucaliptos em zonas onde não podia ser, como o seja nas zonas agrícolas e de aluvião, assim como realizar infraestruturas em zonas no meio da floresta sem qualquer habitação ou somente para servir uma única.-----

----Atualmente a carta de risco de incêndios, que se encontra suspensa, é vai provocar constrangimentos à Fileira Florestal .-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Mortágua é um Concelho com uma grande Fileira Florestal e existe obrigação em proteger a parte ecológica e as linhas de água.-----

-----A Carta da REN é um algoritmo que define quais são as respetivas áreas, no Concelho nada obsta à produção florestal .-----

-----O que não pode acontecer é em terrenos com potencial agrícola, plantarem eucaliptos.

-----Afirmou que assume que a fileira florestal é de extrema importância para o desenvolvimento económico do Concelho de Mortágua e para os Mortaguenses.-----

-----Não aceitava que dissessem que foi falta de esforço do executivo, o Senhor Vice – Presidente, que tem o respetivo Pelouro, e os técnicos do Município afetos aquele processo fizeram especial acompanhamento do mesmos junto da empresa que se encontra a elaborar o documentos, e ele próprio também nunca descurou todo o processo e foi feito tudo o que estava ao seu alcance quer política, quer técnica no tratamento das questões que foram surgindo. Porém a atual Lei dos Solos deixou de conter terrenos urbanizáveis, sendo agora somente permitida a classificação de solos em REN de terrenos rústicos ou urbanos.-----

-----A reunião de conferencia procedimental da Proposta da Revisão de PDM teve a presença de 16 entidades, que analisaram a mesma e emitiram o respetivo parecer.-----

-----Certamente que é evidente que todos ansiavam por mais terrenos urbanos. O PDM é um instrumento de ordenamento territorial e não é uma fundação imobiliária .-----

----- A argumentação das Entidades é a de que os terrenos estavam disponíveis como urbanizáveis desde 1994 e não construíram qualquer edificação até esta data, a que acresce a redução de habitantes. Mortágua tinha em 1994 mais de 11.000 habitantes e em 2024 somente 8.500 habitantes.-----

-----Não se podem alargar os aglomerados mas sim consolidar os aglomerados. E os eleitos tem obrigação de esclarecer e não de transmitir informação difusa. E não pôr em causa o esforço e dedicação do executivo e dos técnicos do Município neste processo.-----

-----Quanto o Parque fotovoltaico todos puderam pronunciar-se, uma vez que o processo esteve em discussão pública como a Revisão do PDM e é este o momento de pronuncia.-----

-----A equipa técnica que adstrita à Revisão do PDM fez mais de 70 atendimentos e ajudou também alguns munícipes a fazerem a sua reclamação.-----

-----A proposta de Revisão já vem do anterior Executivo está ser elaborada há mais 12 anos.

-----Ao assumir o presente mandato foi de imediato considerado como prioridade a conclusão da Revisão do PDM, dada a sua natureza de documento estratégico do Concelho. O documento há 2 anos que o documento anda a ser trabalhada por este Executivo e está maturado dadas as reuniões realizadas com a respetiva Comissão de acompanhamento



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

técnico, bem como com as Entidades, foram, nas versões preliminares, identificadas 270 situações para exclusão da Reserva Ecológica Nacional, tendo sido consideradas somente 70.-----

-----Foi entendimento da Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional do Centro (CCDR) que se deve dar primazia à consolidação dos núcleos dos aglomerados urbanos das 2 povoações mais próximas do Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira, Almacinha e Freixo.-----

-----Este executivo debateu-se sempre nas reuniões da Comissão de Acompanhamento do PDM na defesa e salvaguarda de todas as situações de interesse para o Município e Municípios.-----

-----Quanto à questão levantada da Caça respondeu que não se revê nela porque é considerada uma atividade importante em termos de desenvolvimento económico do Concelho.-----

-----O Membro Marília de Abreu Ferreira Melo de Sousa, fez de seguida a seguinte intervenção: "O documento "Relatório do Plano" da Revisão do Plano Diretor Municipal de Mortágua afirma logo no seu início que, e passo a citar, "a elaboração do PDM de Mortágua deve estar assente numa estratégia de desenvolvimento sustentável, na qual as diversas políticas municipais devem ser incorporadas de forma integrada e coerente, tendo em conta o estabelecimento de parcerias, através da criação de consensos entre os diversos atores locais - a Câmara Municipal, as Juntas de Freguesia, as associações, os empresários, a população, entre outros."-----

-----No entanto, nos diversos documentos disponibilizados, não encontro qualquer referência à opinião das associações, de empresários, da população ou da Juntas de Freguesia. Aliás, depois de ouvir as fundadas dúvidas quanto aos benefícios para Mortágua do novo PDM ora apresentadas pelo deputado e Presidente de Junta Horácio Cunha, parece-nos que o tão almejado novo PDM não procurou ouvir os vários intervenientes antes da apresentação dos documentos agora em Discussão Pública e que este documento não contempla as reais necessidades dos Mortaguenses.-----

-----Constatamos que o tão necessário desenvolvimento urbano para fazer face à crise habitacional fica muito aquém do desejado. Tememos que os nossos pequenos produtores florestais acabarão por perder a sua sustentabilidade financeira, acatando as regras que os aumentos da REN, para cerca de 90 %, do nosso território, por força, bem sabemos por aplicação da legislação em vigor, implicarão. O próprio Sr. Presidente disse na reunião de Câmara de quarta-feira, que este é um documento que nos limita em muitas situações.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Assim, e como todos os mortaguenses, gostaríamos de saber qual a opinião acerca deste documento de todos os membros do executivo municipal, sendo que o Sr. Presidente acabou de o fazer de forma clara, convidando ainda os representantes da Assembleia Municipal que participaram na discussão deste documento com as diferentes entidades, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal e o senhor deputado Dr. Miguel Dias, bem como os diferentes Presidentes de Junta, a darem a sua opinião sobre este documento e quais as suas contribuições para o mesmo e averiguo se há possibilidade da Assembleia Municipal, em harmonia com o espírito crítico de que o Sr. Presidente falou, discutir as opções vertidas no PDM de modo a dar mais força à posição dos mortaguenses e que este documento permita que Mortágua consiga ter o desenvolvimento habitacional e económico que merece.”.-----

-----O Senhor Presidente da Câmara respondeu de seguida começando por dizer que no seguimento da intervenção anterior do Senhor Presidente da Junta de Freguesia esclareceu a parte das questões colocadas sobre o acompanhamento do processo, o documento foi discutido e apreciado pelos organismos, sendo a legislação existente limitadora.-----

-----A Carta de Risco de Incêndio, está atualmente suspensa, mas a sua aplicabilidade vai ser péssima para o Concelho de Mortágua, Os documentos estratégicos de âmbito nacional, como o seja a REN e RAN impõem muitas restrições para o Município de Mortágua.-----

-----O Senhor Vice- Presidente Luís Filipe Martins Rodrigues interveio para dizer que de facto o Concelho de Mortágua tem 65% do seu território em REN, ao olhar para a carta de ordenamento verifica-se que a REN aumentou na área de Espaços Agrícolas.-----

-----O Município tem de adaptar os seus documentos estratégicos em conformidade com a Lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo, publicada pelo Lei n.º 31/2024, de 30 de maio, e alterada pelo Decreto-Lei n.º 20/2020 – de 20 de maio, que veio extinguir a classificação de solo urbanizável e veio trazer os estados de alma de agora ao reduzir as áreas urbanas .-----

-----Referiu que as exclusões das áreas urbanizáveis para áreas de REN foram todas verificadas, e fundamentadas para que fossem consideradas urbanas tinha sido bem feita , mas a justificação dos técnicos da CCDRC e das Entidades respetivas é que tinha que se consolidar aglomerados dos núcleos urbanos e não estender os aglomerados populacionais, e não foi possível alterar este entendimento.-----

-----O Senhor Presidente da Assembleia Municipal interveio para referir que esteve presente em duas reuniões da Comissão de Acompanhamento com 16 entidades presentes, e verificou que estas hostilizavam tudo o que era proposto alterar. É evidente que que todos os proprietários queriam manter os seus terrenos como áreas de construção. Mas também se



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

registava que os núcleos mais antigos das aldeias estavam desabitados, e as habitações existentes podiam ser reabilitadas. Acresce que, na verdade a população do Concelho tem vindo a diminuir, no entanto pode ser que aumente com a migração existente.-----

-----No entanto também é legítimo que cada um dos proprietários pudesse construir nos seus terrenos que o permitiam até agora-----

-----O Membro Luís Miguel Sousa Dias interveio de seguida para colocar 2 questões uma é a legislação a outra a componente técnica.. Começou por referir que ninguém quer diminuir as habitações. Este executivo teve de lutar contra a morosidade do processo e combater a inércia dos técnicos da Entidades.-----

-----O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Pala usou da palavra para dizer que pensava não ter sido agressivo somente existia uma decalage muito grande entre o número de pedidos atendidos para a não exclusão como urbanos e os que efetivamente foram excluídos.-----

-----A sua intervenção foi feita na defesa dos interesses de Mortágua e da população da sua freguesia, somente o debate público e a discussão pública é que as pessoas tomam conhecimento e esclarecem o que efetivamente se passa.-----

-----O processo do Banco de Terras esteve em discussão pública e agora andam a fazer reuniões nas freguesias existindo uma diferença de tratamento dos processos um vai junto das pessoas para informação e esclarecimento e o outro não.-----

-----O Senhor Presidente da Câmara respondeu que o Regulamento do Banco de Terras esteve em discussão pública e foi de acordo com a legislação aprovado, agora o que está em causa é a abertura do período para as pessoas inscreverem as suas terras no Banco de Terras. O processo de PDM está em discussão pública para efeitos de apresentação de reclamações, conforme determina a lei, que caso existam vão ser analisadas e ponderadas pela CCDRC por forma a verificar se podem atendíveis.-----

-----Após anuência do Senhor Presidente, o Senhor Vereador Nuno André Rodrigues Faustino interveio para questionar o facto de não terem sido realizadas sessões de esclarecimento sobre a Revisão do PDM como outros Municípios o fizeram na sessão para questionar, e também por ter passado 10 anos sobre a alteração da legislação da lei dos solos e o Município ainda não tinha revisto o PDM aprovado em 1994 .-----

-----O Senhor Presidente da Câmara interveio para dizer o processo da Revisão do PDM tinha estado suspenso em consequência da elaboração dos Planos de âmbito Regional e Nacional e agora é mesmo necessário uma vez que atualmente somente os Municípios que tenham o seu PDM revisto é que se pode candidatar a financiamentos dos Programas Operacionais.---



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

----De seguida interveio o Membro Manuel Marques Pereira para pedir esclarecimentos sobre o processo de concurso para adjudicação da reabilitação da Barragem do Lapão, que inclui conceção de projeto e execução da obra.-----

----O Senhor Presidente da Câmara respondeu que as propostas apresentadas ainda não tinham sido abertas .-----

----O Membro Tiago Jorge Mira Mendes interveio para solicitar esclarecimentos sobre: a estratégia do funcionamento da ETAR de Cerdeira e solicitar as respetivas análises; resíduos nas linhas de águas qual a intervenção da Câmara; a pavimentação da Estrada Municipal de Póvoa do Sebo/Fraga e da Estrada Municipal Benfeita/Caparrosa; a ampliação do Acesso Vila Nova/Ecocentro; intervenção nas vias Municipais danificadas pelas obras da Linha ferroviária; Estrada Municipal Vila Nova/Chão de Vento e Gandarada/Rua do Feirão; qual a participação do Município na Criação do Parque Verde de Coimbra.-----

----O Senhor Presidente da Câmara informou que houve um problema no funcionamento da na ETAR de Cerdeira e que estava a funcionar como fossa séptica;-----

----Relativamente aos resíduos nas linhas de água a competência de fiscalização é da Entidade Competente, ou seja a Agência Portuguesa do Ambiente.-----

----Quanto às vias municipais estava feito o Plano de Intervenção Rodoviário tendo sido elaborado em acordo com as Juntas de Freguesias, que ascende a mais de 2,2 milhões de euros de tapete.-----

----No entanto, estava para ser lançado um concurso público para adjudicação de pavimentações em diversas localidade da União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remigio, Cortegaça e Almaça e da Rua da Capela em Sula e iria ser feita a gestão das intervenções a realizar de acordo com a disponibilidade financeira momento a momento. Porem a Estrada Municipal de Vale de Açores/Cercosa/Pinheiro iria ser lançado procedimento até ao final do ano.-----

----Relativamente às vias danificadas pelas obras da modernização da linha ferroviária já foi feita relatório e comunidade à Infraestruturas de Portugal, tendo sido já agendada uma visita física de todas as estradas que necessitam de intervenção que serão feitas após a conclusão dos trabalhas na linha.-----

----No que dizia respeito ao Parque Verde de Coimbra não esteve presente estando o Município representado pela CIM\_ RC.-----

----O Membro Tiago Jorge Mira Mendes usou da palavra para dizer que esteve presente na sessão pública do Parque Verde de Coimbra e que é perigoso deixar a representação do Município para a CIM \_RC, porque defende somente os outros Concelhos e não o de



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Mortágua, para eles a Barragem da Agueira serve somente para os arrozais do Mondego.--

-----O Senhor Vice-Presidente interveio para dizer a o pavimento Benfeita/Caparrosa já tinha sido feita uma parte da EM Póvoa do Sebo foi realizado há pouco tempo uma intervenção de manutenção de faixas em parceria com a Junta de Freguesia.-----

-----De seguida passou-se à consecução do Período da Ordem do Dia:-----

-----**PONTO UM: Apreciação da informação do Presidente da Câmara acerca da Atividade Municipal:**-----

----- O Senhor Presidente da Câmara procedeu nos termos do n.º1 do artigo 64.º do Regimento da Assembleia Municipal à apresentação da informação sobre a atividade municipal no período que decorreu desde a última sessão, que se dá aqui por integralmente reproduzido ficando arquivadas na pasta da presente sessão, e que foi enviado a todos os membros nos termos do Regimento.-----

-----Terminada a intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia solicitou os Membros presentes a pronunciarem-se não se verificando qualquer pedido de intervenção.-----

-----**PONTO DOIS: Declaração de compromissos plurianuais existentes em 31/12/2023 e da Declaração de pagamentos e de Recebimentos em Atraso Existentes em 31/12/2023 (art.º 15.º, alíneas a) e b) da Lei n.º 8/2012, de 21/02 – LPCA):**-----

-----O Senhor Presidente da Câmara complementou a apresentação do documento, que se dá aqui por integralmente reproduzido, ficando arquivado no processo da presente sessão, referindo que de acordo com os dados atuais disponíveis na ficha do Município - DGAL, o Município de Mortágua cumpre com os limites ao endividamento previsto a 31/12/2023, detendo ainda uma margem disponível por utilizar significativa, mantêm assim, em 2024 a exclusão do âmbito da aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso.--

-----Como o assunto não suscitou qualquer pedido de informação, a Assembleia tomou conhecimento.-----

-----**PONTO TRÊS: Apreciação, discussão e votação do Mapa de Desempenho Orçamental do Ano de 2023:**-----

-----O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mortágua justificou a apresentação do documento, que se dá aqui por integralmente reproduzido, ficando arquivado no processo da presente sessão, referindo que estava satisfeito com saldo, mostrando-se preocupado com a escalada de preços que está a afetar o lançamento de obras, uma vez que se verifica que os concursos continuam a ficar desertos.-----

-----O saldo de três milhões seiscentos e setenta e sete mil trezentos e dez euros e dos cêntimos ( 3.677.310,12 €) é uma poupança que vai permitir reforçar alguns Projetos das



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

GOPs.-----

-----Terminada a intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia solicitou os Membros presentes a pronunciarem-se tendo usada da palavra o membro Manuel Marques Pereira para questionar o facto da despesa ser superior à receita em relação a 2022, e sendo o saldo da gerência de 2023 é inferior 2022, qual era a perspetiva em relação a 2024.-----

-----O Senhor Presidente da Câmara respondeu dizendo que se prevê que o saldo diminua devido à aquisição de terrenos para a Ampliação do Parque Industrial e que tem vindo a ser suportados unicamente pelo Município e que também o investimento com a pavimentação de Vias e Arruamentos Municipais de cerca de 2,2 milhões de euros vai ser suportado somente pelo orçamento do Município, acrescentando os custos com os transportes escolares e os RSU . Apesar de se ter verificado um aumento de receita cobrada em 2023 e a despesa estar contida.-----

-----Como não se registou qualquer outro pedido de intervenção, foi o assunto colocado à votação e foi aprovado, por unanimidade, o Mapa de Desempenho Orçamental do Ano de 2023.-----

-----**PONTO QUATRO: Apreciação, discussão e votação da Alteração Modificativa Orçamental de 2024 -1ª.-Revisão:**-----

----- O Senhor Presidente da Câmara prestou mais algumas informações sobre o documento que foi enviado a todos os membros e que se dá aqui por integralmente reproduzido, ficando arquivado na pasta da presente sessão, referindo que o mesmo se destinava a dar entrada contabilisticamente do saldo da Gerência de 2023.-----

----- De seguida como não se registou qualquer pedido de intervenção, foi após posta à votação, aprovada, por unanimidade, a Alteração Orçamental Modificativa – 1.ª Revisão de 2024.-----

-----**PONTO CINCO: Apreciação, discussão e votação da Alteração Modificativa às Grandes Opções do Plano de 2024 – 1ª. Revisão:**-----

-----O Senhor Presidente da Câmara justificou a apresentação do documento, que se dá aqui por integralmente reproduzido, ficando arquivado no processo da presente sessão, e que foi enviado a todos os membros, referiu que se ficou a dever ao reforço das verbas de vários projetos.-----

-----De seguida como não se registou qualquer pedido de intervenção, após posta à votação foi aprovada, por unanimidade, a 1ª. Revisão das Grandes Opções do Plano de 2024.-----

-----**PONTO SEIS: Apreciação, discussão e votação do Pedido de Autorização do Compromisso Plurianual da Empreitada de Alteração e Ampliação da Escola Primária**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

**da Gândara – Centro Escutista:**-----

-----O Senhor Presidente da Câmara informou que o pedido que se dá aqui por integralmente reproduzido, ficando arquivado no processo da presente sessão, e que foi enviado a todos os membros nos termos do Regimento, se deve ao cumprimento da Lei dos compromissos, dado que a execução da obra irá desenvolver-se em 2024 e 2025, configurando assim um compromisso plurianual, tendo sido o orçamento do projeto alterado em virtude de se ter verificado a existência de lacunas no mesmo.-----

-----Informou também que com a requalificação do edifício e espaço envolvente da ex-Escola do 1.º Ciclo do Ensino, da Gândara, pretende-se dar uso a um espaço desativado e pô-lo ao serviço da comunidade transformando-o em Centro de Atividades Escutista, e que facultando-se simultaneamente a sua cedência de utilização, através de Protocolo, ao Agrupamento de Escuteiros 1241 de Mortágua do Corpo Nacional de Escutas que integra nas suas seções mais de 150 jovens do concelho de Mortágua, desempenhando um papel imprescindível em todos os aspetos do seu desenvolvimento e formação educacional, não escolar /pessoal e cívica, aquisição de valores, contribuindo para a formação de cidadãos ativos e participativos capazes de tomarem uma posição construtiva na sociedade, que utilizará o espaço no âmbito das suas finalidades educativas e das suas atividades, na dimensão de prestação de serviços de voluntariado à comunidade local onde está inserido e na abertura a atividades de outros Agrupamentos do Corpo Nacional de Escutas e Associações.-----

-----Trata-se, assim, também de dar vida a uma instituição que tem a ver com a própria comunidade vocacionada para exercer uma valiosa intervenção social, com jovens e crianças, com a Natureza.-----

-----Informou ainda que já existiam interessados na plataforma de contratação pública em apresentar proposta, pelo que esperava fosse finalmente adjudicado e não ficasse deserto com aconteceu nos procedimentos lançados anteriormente.-----

-----Não se tendo verificado qualquer pedido de esclarecimento depois de colocado à votação foi aprovado, por unanimidade, o pedido de autorização do compromisso plurianual.-----

**-----PONTO SETE: Apreciação, discussão e votação da Proposta de Integração do Município de Mortágua como Sócio Fundador da AREADÃO – Agência Regional de Energia e Ambiente dos Concelhos de Carregal do Sal, Mangualde, Mortágua, Nelas, Penalva do Castelo, Oliveira de Frades, Tondela e Santa Comba Dão.-----**

-----O Senhor Presidente da Câmara prestou mais algumas informações sobre apresentação da proposta, que se dá aqui por integralmente reproduzida, e que foi enviada a todos os membros, ficando arquivada no processo da presente sessão.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----O Membro Manuel Marques Pereira interveio para questionar se não fazia mais sentido criar a agência no âmbito da CIM-RC.-----

-----O Senhor Presidente da Câmara respondeu que a CIM –RC encontra-se a criar uma comunidade energética.-----

-----A Agência agora proposta tem por objeto o apoio no exercício de atividades de investigação, desenvolvimento e difusão tecnológica, a promoção de informação técnica, económica e financeira nos domínios da utilização racional e da conservação da energia, conservação do ambiente, natureza e recursos naturais, a gestão de Resíduos Sólidos Urbanos, óleos alimentares usados, a gestão do Ciclo Urbano da água, qualidade do ar, ruído, planeamento e ordenamento do território, a produção de cartografia, a economia circular, a silvicultura, a gestão e exploração florestal, promover e/ou proceder a operação de execução de cadastro, constituição e gestão de autoconsumos coletivos e de comunidades de energia renovável, bem como na elaboração de candidaturas a fundos ambientais, pelo que não ter nada a ver com o objeto de comunidades energéticas.-----

-----Assim, procedeu-se de seguida à votação da proposta, tendo sido aprovado por unanimidade, que o Município seja Sócio Fundador da AREADÃO – Agência Regional de Energia e Ambiente dos Concelhos de Carregal do Sal, Mangualde, Mortágua, Nelas, Penalva do Castelo, Oliveira de Frades, Tondela e Santa Comba Dão.-----

-----Não se tendo verificado qualquer pedido de esclarecimento depois de colocado à votação foi aprovado por unanimidade-----

-----Esgotada a Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o período de intervenção destinado ao público presente.-----

-----Havendo público presente, mais concretamente os cidadãos Catherine Maurício Gonçalves e Filipe António Ferraz Antunes que pretendiam informação e esclarecimento sobre a Revisão do Plano Diretos Municipal de Mortágua (PDM).-----

-----O Senhor Presidente da Assembleia começou por saudar os munícipes referindo ser um registo positivo o facto de existir público para intervir na sessão De seguida deu a palavra aos cidadãos presentes que manifestaram a intenção de intervir, apresentando de seguida, de forma sumária, nos termos artigo 37º do Regimento da Assembleia Municipal, os esclarecimentos que foram solicitados e as respostas dadas.-----

-----A Senhora Catherine Maurício Gonçalves usou da palavra começando por dizer que a sua intervenção se destinava a tomada de posição em relação da Revisão do PDM de Mortágua que ao que se apercebia a Proposta do PDM como instrumento de planeamento estratégico de salvaguarda de todos os munícipes vinha de certo modo por em causa as gerações



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

vindouras.-----

-----A Carta da REN da Proposta da Revisão PDM pode provocar graves problemas aos produtores florestais de Mortágua, não sendo provavelmente esta proposta a melhor que deveria inclusivamente ter uma mais e melhor divulgação antes da discussão pública .-----

-----Esta proposta que vai trazer penalizações graves e penosas a Mortágua: o aumento de desemprego; desertificação de aldeias; abandono da agricultura e recursos existentes, designadamente da floresta.-----

-----Esta proposta de PDM deveria ter acautelado não deitar abaixo todo o trabalho dos Mortaguenses e dos anteriores responsáveis da autarquia. Não pode deixar de louvar uma pessoa muito importante no desenvolvimento do Concelho, o Dr. Afonso Abrantes.-----

-----De seguida o Senhor Filipe António Ferraz Antunes usou da palavra para dizer que o documento da Revisão do PDM viola dos direitos de terrenos das pessoas contemplado no artigo 17.º da Constituição da Republica Portuguesa, não salvaguarda os interesses das pessoas. Possui um terreno com todas as infraestruturas tem um documento emitido pela Câmara que lhe deu direito a interesses paisagísticos, que a agora na proposta do PDM lhe é retirado.-----

-----O Senhor Presidente da Câmara agradeceu todas as intervenções dos Munícipes começou por dizer que aquela proposta de PDM não é aquele que queria ou idealizou. O documento defende o interesse de Mortágua dos Munícipes não tanto quanto queria mas a legislação em vigor não deixa ir mais longe.-----

-----O terreno a que se refere o Senhor Filipe deixou de ser urbanizável mas a legislação é que veio dar origem a tal facto. A justificação dada pelos técnicos da CCDRC é que os terrenos que se encontravam classificados como urbanizáveis e não foram urbanizados durante os 30 anos em que vigorou o PDM aprovado em 1994 passaram todos para terrenos rústicos e muitos deles a integrar a área de REN do Concelho.-----

-----No entanto é legítimo a reclamação do Município em sede de Revisão do PDM, os técnicos estiveram sempre disponíveis para esclarecer as dúvidas das pessoas.-----

-----Porém o Município vai no final da discussão publica voltar a fazer o contraditório das reclamações presentes para que passem os terrenos a ser urbanos, não pode prometer que os pedidos sejam atendidos, existe a lei que se sobrepõe.-----

-----O assunto tem sido sempre tratado como um todo por um polígono nas Reuniões de concertação das entidades.-----

-----A Senhora Catherine Maurício Gonçalves usou da palavra para referir que passaram 12 anos a discutir esta matéria, pelo que não deve ter sido fácil o processo, mas entende que



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

não deve a Revisão do PDM ser já aprovada uma vez que os fundos podem continuar a ser financiados, estão em causa os direitos fundamentais das pessoas vertidos na Constituição da República Portuguesa.-----

----O Senhor Presidente da Câmara respondeu não estando a Revisão do PDM aprovada não é possível efetuar candidaturas, bem como receber o respetivo financiamento.-----

----Referiu ainda que foram elaboradas 11 versões de proposta de Revisão do PDM a versão em discussão pública é a mais maturada, e está escalpelizada em todas as matérias, sendo esta o fim de linha do processo.-----

----Pode-se fazer alterações e aprovar esta versão, o não aprovar significa que não existem fundos comunitários uma vez que não é possível sequer fazer candidaturas.-----

----A Senhora Catherine Maurício Gonçalves interveio de seguida para dizer que a floresta do Concelho é crucial para o desenvolvimento de Mortágua e está consciente do suor dos seus antepassados para terem as suas propriedades, e que deixam de ter valor devido às limitações das leis que são a dos grandes interesses económicos -----

----O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que o PDM não viola a constituição e o esforço coletivo. Nada do que está na proposta do PDM desrespeita os nossos antepassados.-----

----O PDM tem de respeitar o normativo legal que nos rege, pode-se alterar um ou outra situação.-----

----O Membro Tiago Jorge Mira Mendes interveio para referir que o papel do Município é defender as situações reprovadas da exclusão .-----

----Na questão da floresta, a REN existe desde 2019 e não é de nível municipal, e entende que talvez seja a melhor forma de tratamento pela via da Associação de Produtores Florestais.-----

---- Finalmente, foi lida a ata em minuta que, após votação, foi aprovada por unanimidade.---

---- E, nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a sessão pelas dezoito horas e trinta minutos, da qual para constar se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo Senhor Presidente a Assembleia e pelos Secretários.-----